

## RIO CÔA: UM ESPAÇO NATURAL MONUMENTALIZADO\*

por

Vítor Oliveira Jorge

Os anos 80 e 90 do nosso século poderão ficar marcados por um significativo passo em frente na nossa compreensão das “origens da arte”. *Pela primeira vez na história, percebeu-se que as comunidades de caçadores-recolectores do Paleolítico Superior (de há 30.000 até há 10.000 anos) eram capazes de organizar simbolicamente paisagens inteiras, e não apenas lugares circunscritos e obscuros como as cavernas.* Mas essa percepção só se tornou clara nos últimos meses, quando o rio Côa, no NE de Portugal, se revelou como um complexo enorme de gravuras, que se estendem, pelo menos, por 10 km. daquele rio, e onde a relação entre as figuras e a envolvência paisagística é evidente. Por isso esta revolucionária descoberta, de consequências científicas ainda imprevisíveis, se pode considerar como uma das mais importantes do séc. XX, a nível da Arqueologia mundial. *E, em termos de património histórico-cultural, o rio Côa é certamente, neste momento, uma das nossas riquezas mais importantes, se não mesmo a mais importante.* Ou, se quisermos utilizar uma linguagem turística, é um dos poucos “produtos” que podemos oferecer que mais ninguém, no mundo, possui. Portugal, que em termos de património tem sido, até hoje, bem mais pobre do que países vizinhos como a Espanha, França, ou Itália, dispõe agora, com a possibilidade de afastamento do fantasma da barragem, e da criação do Parque Arqueológico do Côa, da sua oportunidade histórica de ser um centro, em lugar de uma margem, neste domínio. Um pólo de atracção turística mundial, desde que dotado de meios para o efeito, como noutros lados acontece. Infraestruturas e pessoal adequado serão imprescindíveis para assegurar o tratamento e a manutenção desta enorme riqueza potenciadora de desenvolvimento local, desde que bem gerida.

---

\* Texto apresentado oralmente ao “Forum do Côa”, realizado na Aula Magna da Reitoria da U.L., em 01-07-95.

O nosso empenho na sua defesa não é, pois, produto de outro interesse que não seja o de termos compreendido, com a clareza das ideias óbvias, o que acabamos de declarar acima. Mas, como para o leitor isso pode não ser assim tão óbvio, aqui estamos de novo a tentar explicá-lo, dado que é essa a nossa obrigação como arqueólogo.

Antes de mais, urge acentuar de novo que a projectada barragem de Vila Nova de Foz Côa não é compatível, de modo algum, com a preservação e usufruto (cultural e económico) daquele património. Trata-se de uma questão dilemática, onde se não pode querer tudo ao mesmo tempo. Os cenários, por vezes imaginosos, que têm sido encarados pelas chefias da EDP/IPPAR, numa estranha coligação de silêncio ao arpejo de todas as opiniões de numerosos técnicos portugueses, não têm qualquer viabilidade, pelas razões que brevemente abordaremos de seguida.

1. *Cenário da “consolidação” de rochas com figurações pré-históricas, e de afundamento, pela albufeira, de todo o complexo.*

“As gravuras não sabem nadar”, disseram-no os jovens. As rochas desagregar-se-ão, dizem muitos geólogos, pedindo todos eles longos anos para proceder aos estudos adequados. As gravuras que eventualmente se conservassem seriam entulhadas por metros e metros de sedimentos, diz-nos o mais banal senso comum. Mas, sobretudo, *quem pode garantir, com 100% de certeza*, que debaixo de água tais gravuras se manteriam? Que após o período de utilização da barragem e o assoreamento do fundo da albufeira, elas se poderiam recuperar? Mesmo que alguém, que ainda não apareceu, o pudesse garantir com aquele grau de certeza, teria sentido privar 3 ou 4 gerações do usufruto de um complexo artístico único no mundo? Este cenário é absurdo, ignorante, irresponsável. Não cremos que qualquer pessoa séria o subscreva, neste momento. As gravuras, em número de muitas centenas e, provavelmente, de milhares, conservaram-se ao ar livre 18 ou 20.000 anos. Essa é a única verdade indesmentível a seu respeito.

2. *Cenário de “tipo Assuão”, em que algumas rochas com gravuras seriam cortadas, e transportadas para outro local, e as restantes afundadas.* É um cenário que foi ironicamente apresentado na imprensa como o de “ensinar as gravuras a voar, uma vez que elas não sabem nadar”. Esse “voar” seria, parece, o de um helicóptero que removeria as rochas, assim amputadas do contexto que lhes dá sentido. Esta “solução”, que a concretizar-se ficaria nos manuais do crime internacional de lesa-património, seria ainda pior — se alguma comparação, nestes extremos de ignorância e de sobranceira a que se chegou, é possível — do que a primeira. Em primeiro lugar, o templo de Abu Simbel nada tem a ver com o Côa; é um monumento “construído” no seio da rocha, com uma fachada imponente, elaborado por uma civilização “evoluída”. As gravuras do Côa são o produto de comunidades de caçadores-recolectores que não erigiam obras arquitectónicas, fossem elas aéreas ou subterrâneas, mas que consideravam toda a natureza envol-

vente como o monumento. Valendo-se das massas e volumes da própria paisagem, inscreviam nas superfícies rochosas sinais, formas, que se revestiam de um simbolismo evidente, dando um significado novo a essas pré-existências. Não eram indiferentes os locais em que tais sinais eram praticados; os motivos escolhidos, a sua posição relativa, a sua técnica de feitura, a sua exposição à luz, a sua relação com as correntes de água, a sua maior ou menor visibilidade à primeira vista, etc, etc. Tal como não teria sentido demolir uma gruta como Lascaux, ou Altamira, para apenas guardar num museu algumas das suas superfícies parietais, seria um absurdo arrancar pedaços do grande monumento da humanidade que é o rio Côa, para expor os destroços num qualquer “parque” de fantasia, esse, sim, verdadeiro monumento à incultura e à amnésia da nossa “civilização”. Não podemos permitir esse holocausto cultural, praticado por frios executores de interesses parcelares, indiferentes a valores morais, sem os quais a vida se tornará um jogo degradante de poderes de curto prazo, sem visão colectiva de futuro.

Assuão não serve pois de exemplo para o Côa. Corresponde aliás a uma filosofia da conservação totalmente ultrapassada, pois hoje sabemos bem quanto os elementos que qualificam um sítio são indissociáveis da sua envolvência. Sem a manutenção do “espírito do lugar”, um património histórico perde qualquer significado. Com muito mais força de razão quando estamos perante um vale que é a única área conhecida no mundo onde se conservou, de forma tão extensa, um ou vários santuários rupestres paleolíticos. Cujas cronologia, a atender ao estilo das figuras, deverá ser relativamente antiga, no contexto deste “ciclo artístico”; isto é, predominantemente solutrense (há c. de 18.000 anos), embora possa haver no Côa motivos mais antigos e — como parece ser evidente — mais recentes do que aqueles, ainda que adentro da arte pleistocénica.

Mas, se as gravuras paleolíticas são as que permitem alcandorar este rio a património da humanidade, impondo em absoluto a remoção da ideia de aí construir a projectada mega-barragem — qualquer que seja o custo de tal decisão, que já não é adiável por muito mais tempo — elas não são o único valor histórico-arqueológico da área. Existem aí gravuras de outras épocas, da Proto-história e até mais recentes, abrigos com pinturas “esquemáticas” pós-paleolíticas, povoados da Pré-história recente, etc., etc. Estes últimos adquirem todo o seu significado se articulados com o vizinho habitat fortificado (com muralhas e bastiões) do Castelo Velho, em Freixo de Numão, escavado por Susana Oliveira Jorge, da FLUP, desde 1989, e já devidamente preparado para acolher visitantes. É datável das Idades do Cobre e do Bronze, sendo estranho o silêncio que sobre ele tem recaído em tantos escritos últimos sobre Foz Côa. Já para não falar de sítios e estelas da Idade do Bronze e de estações romanas que ocorrem na região, e que a tornam uma das áreas do nosso país mais ricas em Arqueologia.

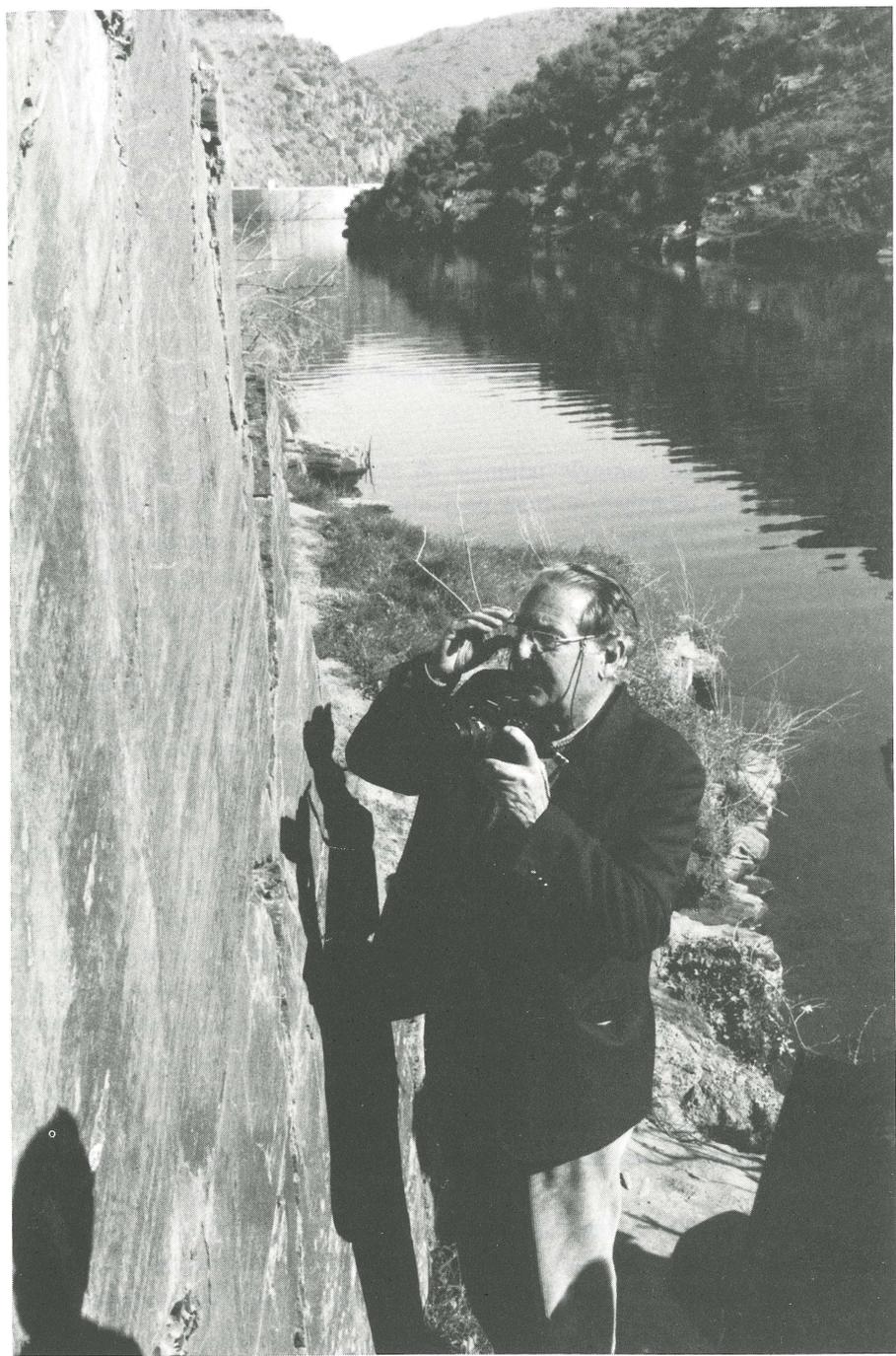
Na verdade, no Côa joga-se simultaneamente o futuro de uma região, o

estatuto da actividade arqueológica portuguesa, e um melhor conhecimento da ainda tão incompreendida arte do Paleolítico superior. Pertencemos à mesma subespécie dos homens e mulheres que, há 200 séculos, aí viveram. Cerca de 800 gerações nos separam deles. Mas, ao observarmo-nos o requinte dos traços dos equídeos, dos bovídeos, dos caprídeos e cervídeos que polvilham o vale (não de forma anárquica, mas estruturada), como também de outras figuras (humanas, sinais esquemáticos) que aí existem, apercebemo-nos da sua estranha modernidade. Muitos poderiam ter sido feitos por artistas plásticos contemporâneos. Estes encontrarão nessas enigmáticas figuras motivo de “inspiração” para as suas composições actuais, como acontece com tantos artistas ocidentais que têm ido “beber” às “fontes” das artes “primitivas”. Que apenas assim foram chamadas porque os preconceitos evolucionistas, europocêntricos, que herdámos, nos fazem arredar para a ordem do menos “evoluído” tudo quanto é diferente — e não só a arte dos povos sem escrita.

Se continuarmos a recalcar em nós e na sociedade em que vivemos, em nome de uma “racionalidade” irracional, as forças da criatividade humana, na sua variabilidade e diferença, veremos brotar por todo o lado a violência, a intolerância, a droga, num mundo que foge em frente, numa espiral de depressão e ansiedade.

Defender o Côa dos que o pretendem depredar (invocando o interesse nacional para afinal acobertar objectivos discutíveis de curto alcance), é defender o verdadeiro progresso, o autêntico desenvolvimento. É fundamental que esta posição não seja entendida como uma perspectiva de elites urbanas ou “letradas”, mas como uma autêntica alternativa de futuro, entre outras, para o nosso país, e que os seus principais protagonistas sejam todos aqueles que vivem ou que se querem fixar no interior, e que desejam aí encontrar razões de orgulho da sua terra.

*Porto, Maio de 1995*



E. Anati na Canada do Inferno (Côa). Foto: João Félix.